Publicação: 13/12/12 DJE: 12/12/12

## PORTARIA Nº 2832/2012

(Modificada pelas Portarias nº 2898/2013 e nº 2942/2013) (Alterada pela Portaria nº 2958/2014) (Revogada pela Portaria nº 3045/2014)

Designa Magistrados e representantes das entidades sindicais ou associativas dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais para integrarem Comissão paritária de estudos, prevenção e recebimento de reclamações acerca do assédio moral no trabalho, no âmbito da Justiça Estadual em Minas Gerais.

\_

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais, em especial o disposto no <u>artigo 26</u>, X do <u>Regimento Interno</u> do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais,

CONSIDERANDO o previsto nos artigos 9º e 10 da <u>Lei Complementar</u> <u>116/11</u>, que cuida da prevenção e da punição do assédio moral na administração pública estadual:

CONSIDERANDO a necessidade do debate institucional sobre a saúde dos trabalhadores no ambiente do trabalho:

CONSIDERANDO as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT),

## **RESOLVE:**

- Art. 1º Fica instituída comissão paritária e multidisciplinar de estudos, prevenção e recebimento de reclamações, para coordenar ações de prevenção, promover conciliação, buscar soluções para os casos de possível assédio moral no trabalho.
  - § 1º Integram a comissão de que trata esta Portaria:
  - I os juízes de direito:
  - a) Flávia de Vasconcellos Lanari, que presidirá os trabalhos da comissão;
  - b) Andréa Cristina Miranda Costa;
  - c) Mônica Libânio Rocha Bretas;
  - d) Rui de Almeida Magalhães;
  - II os servidores:
  - a) Robert Wagner França, representante do SINJUS-MG;
  - b) Antônio Costa dos Santos Junior, representante do SERJUSMIG;

c) Ana Luiza Alves Carneiro da Silva, representante do SINDOJUS/MG; e

d) Etna Barbieri Marques, cirurgiã-dentista lotada na Gerência de Saúde no Trabalho (GERSAT). (Nova redação dada pela Portaria nº 2958/2014)

§ 1º - A Comissão de que trata esta Portaria é composta por magistrados, e representantes das entidades sindicais ou associativas dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais das 1ª e 2ª Instâncias:

Juíza Flávia de Vasconcellos Lanari, que presidirá os trabalhos da comissão Juíza Andréa Cristina Miranda Costa

Juíza Mônica Libânio Rocha Bretas

Juiz Rui de Almeida Magalhães (Nomeação modificada – consulte Portaria nº 2898/2013)

Representante do SINJUS-MG Robert Wagner França

Representante do SERJUSMIG Rui Viana Silva

Representante do SINDOJUS/MG Jonathan Porto Galdino do Carmo (Nomeação modificada – consulte Portaria nº 2898/2013)

§ 2º - A Comissão apresentará relatório para avaliação dos resultados, semestralmente, a partir da publicação desta Portaria.

§ 3º - Será determinado o arquivamento liminar da reclamação quando a matéria for flagrantemente estranha ao objeto da Comissão, quando for manifestamente improcedente o pedido, quando esteja despida de elementos mínimos para a compreensão da controvérsia, quando ausente o legítimo interesse, quando anônima ou apócrifa.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE,

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2012

Desembargador Joaquim Herculano Rodrigues
Presidente